

Demissões dão início à reação de Sarney

Indicado por José Richa deve ser o primeiro a sair mas retaliação pode atingir até ministros

Eleição já tem prazo marcado: 15 de dezembro

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

Mais de 28 anos após a eleição do presidente Jânio Quadros, os brasileiros irão às urnas para eleger o sucessor de José Sarney, precisamente no dia 15 de dezembro do ano que vem. Isto, contudo, somente ocorrerá se o plenário da Constituinte ratificar todas as decisões tomadas pela Comissão de Sistematização, no tocante à duração do mandato do atual Presidente e aos prazos para a realização do pleito.

No artigo quarto das Disposições Transitórias do projeto de Constituição, aprovado no domingo passado, está previsto que o mandato do presidente José Sarney terminará no dia 15 de março de 1989. Antes, no capítulo que trata do Poder Executivo, foi aprovado que a eleição para Presidente da República "far-se-á por sufrágio universal, direto e secreto, 90 dias antes do término do mandato presidencial". Ou seja, no dia 16 de dezembro. O autor da emenda que fixou o mandato do presidente José Sarney em quatro anos, deputado Jorge Hage, porém, acredita que ainda serão feitas negociações com o objetivo de antecipar o pleito presidencial para o dia 15 de novembro, coincidindo com as eleições municipais.

De qualquer maneira, o eleitor brasileiro poderá ter que voltar às urnas trinta dias após a eleição do seu candidato a Presidente. Caso nenhum dos pretendentes consiga a maioria absoluta dos votos — o que é bastante provável — 30 dias após o resultado da primeira eleição será convocada outra, à qual concorrerão apenas os dois mais votados. O vitorioso será aquele que conseguir a maioria dos votos válidos.

Embora estas ainda sejam definições provisórias, alguns partidos já prometem iniciar a campanha dos seus candidatos. Mas

de acordo com o substitutivo — e também com a Constituição atual — algumas regras para o registro de candidaturas precisarão ser observadas. A racionalidade brasileira, a cidadania, o gozo pleno do exercício dos direitos políticos, o alistamento, a filiação partidária e o domicílio eleitoral são condições para a elegibilidade. No caso específico do Presidente da República, todos os candidatos deverão ter, no mínimo, 35 anos de idade, até a data limite para o respectivo registro.

DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

Para que possam concorrer à Presidência, os governadores dos estados e do Distrito Federal, assim como os prefeitos, deverão renunciar aos seus mandatos seis meses antes da realização do pleito. Portanto, na hipótese de ser mantida integralmente esta parte do projeto de Constituição, os atuais governadores e prefeitos terão que se desincompatibilizar até o dia 16 de junho do ano que vem. Eles ainda teriam, nesse caso, pouco mais de seis meses de mandato. Atuação dos senadores e deputados que quiserem concorrer é diferente, pois o projeto de Constituição não determina o desligamento do Legislativo. Mas muitos, naturalmente, pedirão licença, a fim de agilizar a campanha eleitoral.

A lista de prováveis candidatos à Presidência da República cresce a cada dia, mas com a aprovação do parlamentarismo é provável que muitos desses "presidenciáveis" prefiram disputar o cargo de Primeiro-Ministro. Entre os possíveis candidatos a Presidente, entretanto, um nome não constará: José Sarney. De acordo com o substitutivo aprovado pela Comissão de Sistematização, ele — ou qualquer outra pessoa — é inelegível para o mesmo cargo, no período subsequente ao seu mandato.

Álvaro defende eleições gerais

Da Sucursal

Curitiba — O governador Alvaro Dias, do Paraná, insistiu ontem em sua proposta de eleições gerais para o próximo ano e na necessidade de realização de um plebiscito para legitimar a decisão de mudança no sistema de governo, caso o plenário da Constituinte acompanhe a posição aprovada, no domingo, pela Comissão de Sistematização.

"A Assembléia Nacional Constituinte é soberana, mas os constituintes não foram eleitos pela população para exercer atividades próprias do parlamentarismo", sustentou Alvaro Dias. Ele estará hoje à tarde em Brasília e já tem audiência marcada com o presidente José Sarney, para defender pessoalmente sua tese.

Partidário do presidencialismo e de um mandato de cinco anos para Sarney, Alvaro Dias acredita que as decisões tomadas pela Comissão de Sistematização serão mantidas pelo plenário, mesmo porque, enfatizou, "o presidente Sarney garantiu que vai acatar a decisão da Constituinte e não pretende articular nenhum esquema de forças contrário". O governador garantiu que também ele não pretende influenciar os constituintes de seu Estado.

Alvaro Dias está disposto, porém, a cobrar "coerência" de todos os constituintes. "Se eles desejam eleições presidenciais no próximo ano, então que eles sejam gerais. Os constituintes devem renunciar à seus mandatos e convocar novas eleições, pois só assim estarão legitimando a decisão de reduzir o mandato presidencial", disse.

As eleições gerais in-

cluíram os governadores. "Abro mão da metade de meu mandato, mas me candidato novamente, se o meu partido me indicar", garantiu Alvaro Dias. Ele foi eleito com 57 por cento dos votos paranaenses, a maior votação já obtida por um governador do Estado, e confia, pelo que as pesquisas têm mostrado, que repetiria a dose.

Para Alvaro Dias, a realização de eleições gerais é a solução mais indicada para a crise política atual. Segundo seu ponto de vista, "seria primarismo de nossa parte considerar o presidente José Sarney como o único culpado pela crise política vivida pelo País. A classe política também deve compartilhar dessa responsabilidade", afirmou.

O governador defendeu o presidente Sarney e disse que não é apenas sua figura que sofre o processo de desgaste e descrença da população. "Os constituintes estão desgastados também, assim como os governadores, com raras exceções. Assim, com a realização de eleições em todos os níveis no próximo ano, poderemos permitir que o povo, através do voto, passe a limpo a política brasileira e os rumos da Nação".

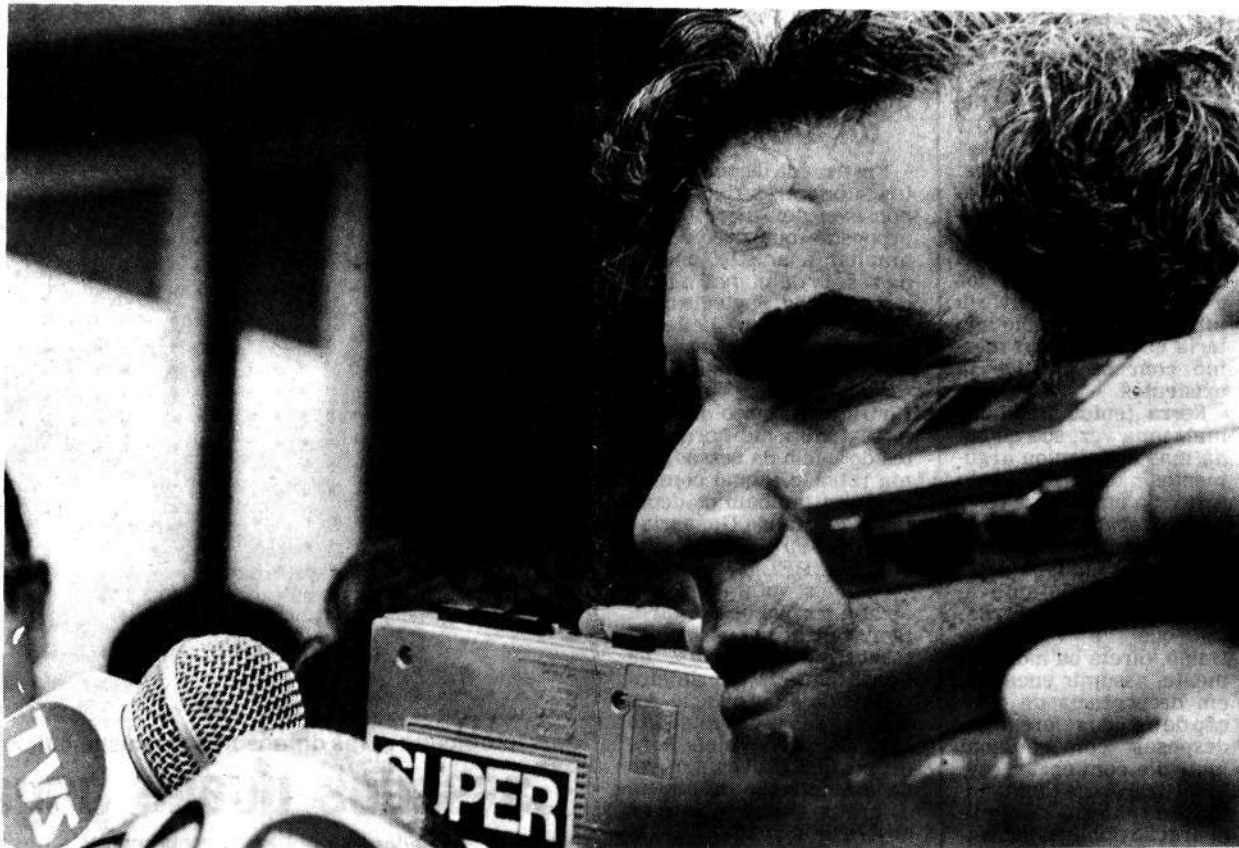
O governador manifestou, ainda, o receio de que "o sistema parlamentarista possa vir a ser sinônimo de instabilidade", pela forma como se pretende implantá-lo no País. Em sua opinião, a salvaguarda aprovada pela Sistematização, determinando que durante o prazo de cinco anos tanto o Presidente como o Congresso fiquem impedidos de mudar o sistema de Governo, "na primeira fase se poderá comprometer a eficiência da administração".

Estados mudam regime em 91

O parlamentarismo não poderá ser implantado nos Estados antes do término do mandato dos atuais governadores, em 1991. O dispositivo, de autoria do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), foi aprovado ontem na Comissão de Sistematização por 63 votos a favor, 22 contra e 8 abstenções.

A emenda recebeu parecer favorável do relator Bernardo Cabral, e foi en-

JULIO ALCANTARA



Costa Couto: a reforma virá quando o presidente julgar conveniente

Ministros admitem mudança na equipe

Os ministros Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, e Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, admitiram ontem que o presidente José Sarney poderá promover uma reforma ministerial, embora não tenha ainda tomado uma decisão final. Para Costa Couto, a partir de agora todos os atos de Sarney serão tomados de acordo com "os interesses nacionais", enquanto para Prisco, o Presidente está livre para "conduzir a administração sem qualquer tipo de condicionamento".

Segundo Prisco Viana, a derrota da proposta do mandato de cinco anos "conduz à conclusão de que o Presidente é livre para compor o Governo", já que ele não tem mais nenhuma relação com os partidos. Por isso, quando decidir fazer a reforma, o Presidente não precisará mais ouvir os partidos ou grupos políticos. Prisco não quis entrar em detalhes sobre a mudança na equipe do ministério.

O mesmo fez o ministro Costa Couto. Ele disse que a reforma será feita quando o Presidente achar con-

veniente, e por essa razão não pode ser descartada: "Ele tomará as decisões que forem de interesse nacional e do povo brasileiro. Isso contempla o plano administrativo, é claro", disse o ministro, para quem Sarney está "obstinado a tomar aquelas decisões". O ministro ressaltou, contudo, que não estava anunciando nenhuma reforma.

Prisco Viana afirmou que Sarney vai continuar operando com as forças que possui, afinidade ideológica e doutrinária com o Governo, sem exercer, contudo, qualquer tipo de coação, pressão ou constrangimento. Ele explica que a situação em plenário é totalmente diferente da Comissão de Sistematização, que foi formada "segundo interesses partidários, ocasionais e conjunturais".

O ministro Costa Couto rechaçou todos os boatos sobre uma possível renúncia de Sarney, como tinha informado o seu irmão mais velho Murilo Sarney: "O Presidente me disse remotamente que no seu dicionário de vida não constam nem renúncia, nem deposição, nem suicídio, muito menos. O Presidente está calmo, sereno, e sua preocupação, obstinação, é governar bem o Brasil", disse Couto.

ANGULAR



Quéricia e Simon foram juntos ao Incor visitar Ulysses Guimarães

Waldir admite que convenceu sua bancada

Salvador — Política é uma forma de convencer pela convicção e não pela manipulação dos interesses coletivos. Com esta frase, o governador da Bahia, Waldir Pires, reagiu às notícias de que teria pressionado deputados balanos a votar pelo mandato de quatro anos para o presidente Sarney, com diretas em 88 e regime parlamentarista a partir de março.

— Minha responsabilidade foi global. Fiz uma reflexão com os deputados, mas não pedi o voto dos companheiros. Refleti com eles, transmiti a minha experiência e disse da minha convicção de que este quadro de desilusão da sociedade brasileira, seja na vida pública e nos políticos ou nas instituições, não pode continuar. Temos que restaurar a confiança nos homens ou então vamos ter uma sociedade cética ou cinza. E nenhuma coisa se faz grande com ceticismo ou cinismo — afirmou.

O governador balanço acredita que, no plenário da Constituinte, a votação da redução do mandato do Presidente da República, com eleições em 88 e implantação do parlamentarismo, será mais fácil do que na Comissão de Sistematização.

Para Quéricia, não dá para reverter

São Paulo — Enquanto para o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, a situação pode ser revertida e a Constituinte aprovar ainda cinco anos para Sarney com presidencialismo e parlamentarismo para o seu sucessor, o governador de São Paulo, Orestes Quéricia, acredita que o plenário confirmará os quatro anos decididos pela Comissão de Sistematização, embora possa reconsiderar o sistema de governo, aprovando o presidencialismo.

Essa é, em síntese, a visão dos dois governadores, que ontem almoçaram juntos no Palácio dos Bandeirantes. O encontro reservado de ambos, que se estendeu por 90 minutos, serviu para que analisassem a política nacional.

Segundo Quéricia, o momento é mesmo de expectativa, análises e muita reflexão. Daí o almoço oferecido a Simon e a certeza de muitos contatos telefônicos ou pessoais com outros governadores. Excluiu, porém, a possibilidade de vir a promover encontros como o que recebeu no início de seu mandato ou dos que reuniram governadores do

Alves começa nova guerra dos 5 anos

O ministro da Administração, Aluizio Alves, começa a trabalhar no próximo fim de semana contra o mandato de quatro anos para o presidente Sarney, fixado pela Comissão de Sistematização. O Presidente ficará de fora desse trabalho, que, segundo Aluizio Alves consiste em "conversar com amigos", e acatará a decisão final da Constituinte. O ministro acredita numa reversão da posição pelos quatro anos no plenário.

Aluizio Alves esteve com Sarney no domingo, após a votação na Sistematização. "Achei-o emocionado, não diria decepcionado", disse. A hipótese de radicalização, por parte do Presidente com retaliações aos que votaram pelo encurtamento de seu mandato, foi afastada.

Houve uma má interpretação das palavras do Presidente. Ele disse que acreditava na vitória, porque só votariam contra ele os convictos dos quatro anos ou seus inimigos. Ele não falou em reforma ministerial também, pois não pode governar só com amigos, se faz maioria é com partidos.

Todos os ministros juntaram forças em favor do mandato de cinco anos. Segundo Aluizio Alves, todos têm amigos na Constituinte, com quem conversarão para explicar as desvantagens de uma eleição presidencial no próximo ano. "Acho que é um equívoco precipitar sucessão. Teríamos que começar a fazer toda a legislação eleitoral sem uma Constituição pronta, e ela se tornaria caustica. Além disso, se abrimos a perspectiva de eleição agora, não há credor que vá querer negociar com um governo saindo".

A base de apoio parlamentar do Presidente nessa questão, confirmou o ministro, vai ser o Centrão, grupo que reúne 320 parlamentares. Apesar das divergências naturais desse bloco sobre determinados pontos — nem todos votaram pelos cinco anos ou contra estabilidade no emprego, por exemplo —, o presidente Sarney acredita que conseguirá os 280 votos necessários em plenário para mudar a deliberação da Sistematização.

Aluizio Alves criticou a decisão da Constituinte pelo fato de ela ter sido convocada no mesmo mandato que eleger o Presidente por seis anos. "Não me parece que esta Assembléia, por mais soberana que seja, deva reduzir esse mandato", disse. O presidente Sarney agora, segundo o ministro, conversará com governadores e lideranças, "num prazo de maturação para encontrar soluções", mas não transacionará com partidos.

Para Alberto, a decisão foi "ato de força"

Teresina — O governador do Piauí, Alberto Silva, afirmou ontem que a redução do mandato do presidente Sarney pela Comissão de Sistematização "foi um ato de força que certamente não será aprovado no plenário da Constituinte".

Na opinião do governador piauiense, o presidente Sarney tem direito adquirido, assegurado pela Constituição em vigor no País, e poderia até recorrer ao Supremo Tribunal para anular a decisão "sem sentido público e político". Alberto Silva criticou, ao desembarcar no aeroporto de Teresina procedente de Parnaíba, o apoio dado pelos governadores da Bahia e de Pernambuco ao mandato de quatro anos:

JOÃO EMILIO FALCÃO
Repórter Especial

Com a demissão do presidente da Comissão de Financiamento da Produção, Ignácio Mammana, começará hoje a reação do Governo contra os que votaram pela redução do mandato do presidente José Sarney. Indicado pelo senador José Richa, que teve ontem uma discussão com o ministro Prisco Viana, do Desenvolvimento Urbano, Mammana poderá ter sua administração investigada.

O processo de retaliação já começou na realidade. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) denunciou ontem a demissão de Raul Brunini da Rádio Nacional, Rio, como uma tentativa de atingi-la. "O Bruno é um grande radialista, uma estrela, não precisa de proteção política. Não o indeliquei, mas a demissão me atingiu. Agora o Governo que se prepare" — comentou.

A reação do Governo deverá alcançar ministros de Estados que adotaram, no processo de votação do mandato, uma atitude dúbia. Os mais apontados ontem para a demissão eram Renato Archer (Previdência Social) e Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia), considerados homens do presidente Ulysses Guimarães (PMDB-SP), cujo comportamento deixou Sarney magoado. O diálogo entre Sarney e Ulysses no domingo, à noite, foi muito tenso.

A redução do mandato do presidente Sarney continuou sendo o tema principal da Constituinte. Nas conversas informais a grande preocupação era com o que fará o Presidente para manter seu Governo. Muitas histórias eram contadas para frisar que o Planalto não venceu a votação porque não desejou fazer concessões imorais, como empréstimos especiais.

O líder Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) limitava-se a reafirmar, seguidamente, que, agora, o Governo será feito com os que são amigos e de confiança do Presidente. Essa atitude passou a explicar a frase da última quinta-feira, divulgada por Frota Neto, de que seria considerado inimigo quem votasse pelos cinco anos.

Nas conversas informais, dizia-se que o Governo pedirá ao Tribunal de Contas da União que apresse os processos de investigação sobre várias denúncias de irregularidades, entre as quais a compra de apartamentos e de prédios pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. A retaliação alcançará, também, alguns governadores de Estado com a revelação das propostas feitas ao Planalto para que pudessem apoiar os cinco anos.

Esse posicionamento explicaria a declaração do ministro Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, de que o Governo não "transacionou" o seu mandato. Se quisesse, bastaria fazer algumas concessões e os cinco anos estariam garantidos.

Apadrinhado de Sandra sai

O veterano radialista Raul Brunini, deputado cassado pela antiga UDN, foi de mítico do cargo de superintendente da Radiobrás no Rio de Janeiro. Motivo: foi indicado por dois parlamentares do PFL fluminense que votaram domingo a favor das eleições presidenciais em 88 — Sandra Cavalcanti e Francisco Dornelles.

O presidente da Radiobrás, jornalista Antônio Martins, vai solicitar ao PFL do Rio que apóie o governo Sarney a indicação de outro nome para o cargo.

Viotti efetivado na Caixa

O presidente José Sarney assinou ontem decreto designando Maurício Viotti de Barros para a presidência da Caixa Econômica Federal. Viotti vinha exercendo o cargo desde o afastamento de Marcos Freire, que foi deslocado para o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

O Presidente assinou, ainda, decretos de nomea-

Líder assimila a redução do mandato

balhar pelos cinco anos.

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, confirmou a disposição do Governo em acatar os quatro anos. Ele conversou ontem longamente com o presidente José Sarney e admitiu que as dificuldades existem também no campo do sistema de governo. E que a Assembléia Nacional Constituinte demonstra uma tendência parlamentarista e se as mudanças vierem, será por iniciativa deste mesmo grupo.

Miranda acredita em mudança

Campo Grande — O governador Marcelo Miranda Soares (PMDB) disse ontem que não acredita que a decisão da Comissão de Sistematização passará no plenário da Constituinte. Ele afirmou que até lá a situação deverá se reverter, e se airem aprovados os

cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e a preferência pelo sistema presidencialista, porque "essas são as verdadeiras expectativas do povo brasileiro, sobre a definição do regime que norteará os destinos da Nação", acrescentou.